

## **DOCUMENTOS PARA POSSE**

1. No caso de estrangeiro, apresentar comprovação de que é naturalizado, ou português em condições de igualdade de direitos com os brasileiros; em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º, art.12, da Constituição Federal;
2. cadastro de pessoa física – CPF;
3. documento de identificação com foto;
4. título de eleitor;
5. comprovante de endereço;
6. uma foto 3x4, recente e colorida;
7. documento de inscrição no PIS, PASEP, caso possua;
8. comprovante de escolaridade. No caso dos cargos de analista legislativo, diploma devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área em que foi aprovado, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
9. registro ou identidade do respectivo Conselho Regional, quando houver;
10. certidão de casamento se for o caso;
11. documentação do(s) dependente(s), quando houver;
12. certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino, até 45(quarenta e cinco) anos de idade;
13. Se for declarante, cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, com o respectivo recibo e as devidas atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não for declarante, declaração firmada por ele próprio, nos termos da Lei nº. 8.730/1993 e Lei nº. 8.429/1992;
14. atestado de antecedentes criminais emitido pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.

15. certidão de antecedentes criminais emitido pela Polícia Federal;
16. certidão criminal negativa emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
17. certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;
18. cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Lei Nº 14.230 de 25 de outubro de 2021;
19. certidão militar de ações criminais emitida pelo Superior Tribunal Militar, para os candidatos do sexo masculino;
20. ANEXO I - Cadastro Funcional;
21. ANEXO II - Declaração firmada pelo nomeado de que acumula cargos, funções ou empregos públicos nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e art. 154, incisos XV e XVI da Constituição do Estado do Ceará;
22. ANEXO III - Declaração firmada pelo nomeado de que não acumula cargos, funções ou empregos públicos;
23. ANEXO IV - Declaração de bens;
24. ANEXO V - Declaração firmada pelo nomeado de que não percebe proventos de inatividade, por invalidez ou compulsoriamente seja pela União, por Estado ou por Município;
25. ANEXO VI - Declaração firmada pelo nomeado de que não exerce atividade comercial, contratação com o Estado e participação em Diretoria, Gerência, Administração, Conselho Técnico ou Administrativo, de Empresas ou Sociedades Mercantis;
26. ANEXO VII - Declaração firmada pelo nomeado de (não) parentesco, em atendimento à Súmula Vinculante Nº 3 do Supremo Tribunal Federal;
27. Laudo Médico de Aptidões Físicas e Mentais, emitidas pela Perícia Médica Oficial.